

A convocação extra não serviu para quase nada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O período de convocação extraordinária do Congresso terminou sem que houvesse deliberação sobre a questão que a motivou — o “pacote fiscal”, que só hoje estará em votação — e só serviu para possibilitar a aprovação de 125 decretos-leis e três vetos presidenciais (todos por recurso de prazo), além de 29 autorizações para Estados e municípios contratarem empréstimos.

De 15 de dezembro a 28 de fevereiro, período da convocação, tanto a Câmara quanto o Senado e o Congresso realizaram poucas sessões por dificuldades de horário, dado o funcionamento da Constituinte. A Câmara realizou nove sessões e aprovou

nove proposições, além de sustar as ações penais que corriam no STF contra os deputados Brandão Monteiro (PDT-RJ), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP). O Senado aprovou pedidos de autorização de operações de crédito por parte de Estados e municípios. De mais importante, houve, apenas, a aprovação do projeto de lei proibindo a pesca da baleia e do projeto que trata do acesso dos partidos políticos aos programas de propaganda no rádio e na tevê, além da criação da polêmica CPI que examina denúncias de corrupção. O Congresso reuniu-se menos ainda. Foi convocado duas vezes para tratar do “pacote fiscal”, mas a questão foi deixada de lado porque a frente parlamentar de defesa da Constituinte ainda tentava um entendimento com o Executivo.